

Em defesa de Zélia

Margareth Zanardini

Não nos foi outorgada procuração, mas em casos especiais o advogado pode apresentar defesa, ainda que sem mandato. O que presenciávamos após o indúlgio e polémico livro "Zélia, uma paixão" praticamente nos obriga a este arrazoado.

Quando o governo Collor (leia-se Zélia) teve a infeliz idéia de confiscar o dinheiro do povo, parecia-nos impossível que um dia nos dispuséssemos a defender tal ministra. Seu posicionamento político-econômico não nos satisfazia, embora, já na época separássemos a figura pública da pessoa.

Ela própria, agora, expõe sua vida íntima enquanto pessoa notória e gera os mais acirrados e maldosos comentários. Evidente que ela sabia que seria crucificada por muitos.

Outra não seria a atitude esperada de um mundo em que ao mesmo tempo que se exige e apregoa a famosa "transparência política" mas melindra-se com a franqueza.

Qual seria esta verdade tão chocante?

Seriam Zélia e Cabral os únicos ou primeiros a casarem-se, após um romance que culminaria, teoricamente com uma separação? Até à nossa respeitada Maria Suplicy, se diz indignada com o que chamou de "falta de postura de mulher abandonada". Desalentadora opinião.

O mais deplorável, contudo, é o fato de alguns articulistas aproveitarem-se do acontecimento para fazerem ilações comprometedoras não à pessoa Zélia mas à profissional.

O que se nota não é a preocupação com o fenômeno em si nem o desvalor do homem indutor em erro que vai agora aos jornais afirmar que o caso e o livro "unem ainda mais sua família". Este Cabral jurista que redescobre o Brasil de uma pseudo-igualdade entre os sexos é, repentinamente, tão puritano.

Faz-se é deduzir que a mulher que acreditou num sentimento seria presa fácil dos mecanismos maquiavélicos que a política econômica internacional engendra. É lógica e decepçante a

manifestação chauvinista contrária não apenas à Zélia, mas, elipticamente, à mulher, que é, através dela, martirizada por não permitir que o Poder a aleje da capacidade afetiva. O que se esperava dela? Que mortificada com a inominável atitude de que fora vítima, tudo escondesse como verdadeira ignomínia? O que é vergonhoso? Expor a realidade e sua versão de fato de todos conhecido?

Assumir erros é tido, até na religião, como louvável. O livro, contudo, não é aparato confessional expiatório de culpa, mas exposição de alguém que assume ter sido vítima do amor. Será que isso a desqualifica como profissional? Por que a insistência em relacionar seu maléfico romance com seus enganos políticos?

Por que a franqueza é sempre elogiada enquanto expectativa e maldita depois de exaurida?

Estes questionamentos são importantes porque o preconceito se perpetua no sentido da inconfiabilidade em pessoas

sensíveis e ternas. De que à mulher porquanto afetuosa não se pode dar cargos ou atribuições essenciais. A emoção deve ser, a qualquer custo, extirpada.

A co-autora no adúlterio mais famoso do Brasil (ainda não foi descriminalizado este tipo penal) pode não ter realizado a mágica de resolver os problemas econômicos. Será mais uma de um grande rol de ministros que não conseguiram tal feito. Todavia, o julgamento nacional que hoje se faz parece querer sentenciá-la por atos estranhos ao governo. Por isso advogamos sua causa para absolvê-la enquanto pessoa, enquanto mulher.

Condenando-se Zélia por ter amado e a isto relacionando-se eventuais certos funcionais está se tentando mortificar e menosprezar as pessoas com capacidade afetiva para questões de primeiro escalão. Um viva ao Poder destituído de valores humanos. Poder insensível no qual, os sentimentos, estes sim, são meros detalhes.

(Margareth Zanardini, advogada).